



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0331184-0

COMARCA	: 1ª Vara das Execuções Penais de Recife
IMPETRANTE	: Inácio Manoel do Nascimento
PACIENTE	: Valter Santiago de Almeida
PROCURADOR	: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA	: Des. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. CONDENAÇÃO COMPROVADA EM OUTRA AÇÃO PENAL. REQUISITO SUBJETIVO. AUSÊNCIA. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.

I - Benefícios penais como o livramento condicional somente serão concedidos ao condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, a teor do disposto nos arts. 83, inciso III, do Código Penal, e 112, da Lei de Execução Criminal.

II - Cabe ao magistrado verificar o atendimento dos requisitos subjetivos à luz do caso concreto, podendo negar o benefício, desde que o faça fundamentadamente, quando as peculiaridades da causa assim o recomendarem, atendendo-se, assim, ao princípio da individualização da pena, prevista no art. 5.º, inciso XLVI, da Constituição Federal.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0331184-0** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife - PE, 28 de 05 de 2014.


Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0331184-0

COMARCA : 1ª Vara das Execuções Penais de Recife
IMPETRANTE : Inácio Manoel do Nascimento
PACIENTE : Valter Santiago de Almeida
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Des. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

RELATÓRIO

O bel. **INÁCIO MANOEL DO NASCIMENTO** impetrou ordem de *Habeas Corpus*, com pretensão liminar, em favor de **VALTER SANTIAGO DE ALMEIDA**, qualificado à fl. 02, alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face da sua permanência no cumprimento da pena de 07 (sete) anos e 06 (seis) meses a qual lhe foi imposta, ao argumento de que teria cumprido quase quatro anos de reclusão sem direito ao livramento condicional.

O impetrante pugna pelo relaxamento da prisão do paciente mediante expedição de alvará de soltura sob alegação de que o julgador ao negar o livramento condicional, equivocou-se quanto ao argumento de que o paciente empreendeu fuga por duas ocasiões, tendo em vista que o atestado de conduta do Presídio de Igarassu anexo aos autos informa que não consta nos arquivos nenhuma ocorrência de fuga.

A impetração veio acompanhada de documentos fls. 07/81.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 89/91, e solicitadas informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls. 97/98.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, através do parecer de fls.102/104, opinou pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife - PE, 28 de MAIO de 2014.


Des. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 0331184-0

COMARCA	: 1ª Vara das Execuções Penais de Recife
IMPETRANTE	: Inácio Manoel do Nascimento
PACIENTE	: Valter Santiago de Almeida
PROCURADOR	: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA	: Des. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

VOTO

Razão não assiste ao impetrante.

Consta das informações judiciais prestadas às fls. 97/98, mediante ofício datado de **16/04/2014**, que o paciente encontra-se atualmente recolhido no Presídio de Igarassu/PE, cumprindo pena de 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime fechado, por infração ao art. 217 – A do CPB, cometido contra vítima de apenas 10 (dez) anos de idade à época do fato ocorrido no ano de 2003.

Cumprir destacar que ao prestar as referidas informações, o MM. Juiz processante esclarece que tomou conhecimento do pedido do livramento condicional do paciente, pela primeira vez, em 10/09/2013, oportunidade em que solicitou à Secretaria Executiva de Ressocialização – SERES-PE – informações atualizadas sobre seu assentamento carcerário.

Assevera que indeferiu o referido pleito porquanto, após vista ao Ministério Público para pronunciamento e, diante da resposta recebida, verificou através de pesquisa realizada no sistema JUDWIN, que o paciente se encontrava com mandado de prisão expedido em seu desfavor em decorrência do processo nº 0000062-69.2010.8.17.0930, o qual foi condenado perante o Juízo da Comarca de Macaparana/PE, por outro fato do mesmo tipo penal desta feita contra vítima de 12 (doze) anos de idade, razão pela qual não preencheu o requisito subjetivo, atinente a pessoa do apenado, ante sua incompatibilidade com a concessão de benefício na execução da pena.

Ao final, esclarece, ainda, que foi protocolado pedido de reconsideração da decisão de indeferimento, o qual foi conhecido e após, dada vista ao *parquet* para emissão de parecer.

Vê-se, pois, que o benefício restou indeferido fundamentadamente, em face da condenação do paciente em outra ação do mesmo tipo penal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

Como é sabido, benefícios penais como o livramento condicional somente serão concedidos ao condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, a teor do disposto nos arts. 83, inciso III, do Código Penal, e 112, da Lei de Execução Criminal.

Cabe ao magistrado verificar o atendimento dos requisitos subjetivos à luz do caso concreto, podendo negar o benefício, desde que o faça fundamentadamente, quando as peculiaridades da causa assim o recomendarem, atendendo-se, assim, ao princípio da individualização da pena, prevista no art. 5.º, inciso XLVI, da Constituição Federal.

Na espécie, a benesse requerida pelo paciente restou devidamente indeferida pelo juízo da execução com amparo em dados concretamente aferidos acerca da conduta do apenado.

Registre-se, que embora o impetrante tenha anexado aos autos certidão atestando o relaxamento da prisão na ação penal nº 0000062-69.2010.8.17.0930 (fl. 16), tal documento é datado de 26/10/2011, portanto muito anterior às informações prestadas pelo magistrado da causa.

Isto posto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife – PE, 28 de maio de 2014.


Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Relatora